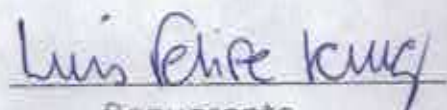




RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
SOLICITAÇÃO DE COMPRAS

Requisitante: Gabinete da Presidência, Claiton Dornelles e Júlio César.	Data: 08/08/2025
Objeto: (4) Inscrições no curso "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial", que será realizado no CEAP BRASIL em Florianópolis-SC dos dias 12 a 15 de Agosto de 2025, para os Vereadores Renato Ferreira, Claiton Dornelles, Júlio César Ribeiro e o Procurador Jurídico Lucas Chananeco.	
Objeto trata-se: () Aquisição de bens. (x) Serviço não continuado. () Serviço continuado.	
Justificativa: O Curso tem como capacitar os integrantes a Utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar a criação de leis, requerimentos, moções e ofícios com mais agilidade e segurança técnica, Aplicar IA na elaboração de respostas, atas, relatórios e documentos administrativos no dia a dia da Câmara Municipal, Automatizar tarefas repetitivas e ganhar produtividade mesmo em ambientes com equipe reduzida e Atuar com mais autonomia e qualidade tanto nas funções legislativas quanto nas rotinas administrativas.	
Quantidade de material / serviço a ser contratada: 4 inscrições. Vereador Renato Ferreira – Gabinete Renato 53 Vereador Claiton Dornelles – Gabinete Claiton 53 Vereador Julio Cesar – Gabinete Julio 39 Procurador jurídico - Geral 54	
1. Previsão de data de entrega ou contratação: Imediato	
2. Valores prévios: Valor Unitário: R\$ 1.790,00 Valor Total: R\$ 7.160,00 Fonte: Site CEAP	


Requerente

Processo Nº 83.25
Folha Nº 01
Assinatura 

Turma 1

IA para Vereadores e Servidores
de Câmaras Municipais

Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial

 **12 a 15 de Agosto**

 **Florianópolis - SC**

Processo Nº	323
Folha Nº	155
Assinatura	

Quem será seu Professor?



Luiz Carlos de Freitas Júnior

Mestrando em Gestão de Projetos pela Avila University/USA. Experiência em cursos no Doutorado em Ciências Políticas na West Virginia University/USA. 24 anos de experiência em Políticas Públicas e Direito Administrativo. Especialista em Direito Público. Advogado. Experiência em cargos em Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governo do Estado e Empresas Públicas nas áreas financeira, tributária, licitação, procuradoria, assessoria de projetos, e outras. Professor e escritor de obras sobre Administração Pública.

Após o curso o aluno será capaz de:

- Utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar a criação de leis, requerimentos, moções e ofícios com mais agilidade e segurança técnica.
- Aplicar IA na elaboração de respostas, atas, relatórios e documentos administrativos no dia a dia da Câmara Municipal.
- Automatizar tarefas repetitivas e ganhar produtividade mesmo em ambientes com equipe reduzida.
- Criar prompts eficazes e adaptá-los à realidade legislativa e administrativa local.
- Usar a IA com responsabilidade, respeitando os princípios da administração pública e os limites legais.
- Atuar com mais autonomia e qualidade tanto nas funções legislativas quanto nas rotinas administrativas.

Assinatura _____
Data _____
Assinatura _____
Data _____

83-25
07
[Assinatura]

Garanta já a sua inscrição!

(48) 3254-6843
(48) 99005-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com
www.ceapbrasil.com

Ceap Brasil

Plataforma
LegisATIVO

IA CRIAÇÃO DE LEIS
CÂMARAS MUNICIPAIS

Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial

12 a 15 de Agosto

Florianópolis - SC



Público Alvo

- Vereadores;
- Assessores Parlamentares de Câmaras Municipais;
- Servidores das Câmaras Municipais;
- Controladores Internos;
- Diretores;
- Chefes de Gabinete;



Diferenciais

- 30 dias de consultoria gratuita após o evento;
- Coffee Break em todos os dias de evento;
- Atividades práticas com foco na metodologia ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas



Data

12 a 15 de Agosto



Carga Horária

20H



Garantia CEAP

Devolvemos 100% do valor investido nas inscrições do evento caso o participante entenda que não atendemos as suas expectativas. Garantia registrada em cartório. Compromisso assumido com o bom uso dos recursos públicos.



Local

Castelmar Hotel e Eventos

R. Felipe Schmidt, 1260 - Centro,
Florianópolis - SC, 88010-002

Traga seu notebook

Curso com Simulacros reais



GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!

(48) 3204-6843
(48) 27065-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com
www.ceapbrasil.com

 Ceap Brasil

Plataforma
LegisATIVO

Programação

12/08 (Terça-Feira): 14h às 17h

- Credenciamento e entrega de materiais

13/08 (Quarta-Feira): 08h às 12h

Módulo 1 - Introdução à IA com foco na Câmara de Vereadores

- O que é Inteligência Artificial e por que ela já faz parte da rotina do setor público.
- Mitos e verdades sobre o uso da IA na vereança.
- Plataformas e ferramentas acessíveis que podem ser usadas no dia a dia legislativo.
- Ferramentas gratuitas e acessíveis de IA: o que o servidor pode começar a usar agora
- Oficina prática: Exemplos de tarefas que podem ser otimizadas com IA
- IA para produção de texto (ChatGPT e similares): como usar corretamente para:
- Redação de requerimentos, moções e ofícios
- Geração de respostas para cidadãos e para o Executivo
- IA para resumos e análise de documentos
- IA para criação de comunicados e materiais institucionais
- Cuidados com o uso ético e seguro.

13/08 (Quarta-Feira): 14h às 17h

ATIVIDADE ELETIVA - Consultoria com professor

14/08 (Quinta-Feira): 08h às 12h

Módulo 2 - Aplicações práticas da IA na rotina da Câmara Municipal

- Como a IA pode ajudar a formular projetos de lei, requerimentos, moções e indicações.
- Modelos prontos x conteúdos personalizados: o papel da IA na personalização do mandato.
- Identificação de demandas locais e tradução em proposições legislativas com IA.
- Oficina prática: criando proposições legislativas com base em problemas reais do município.



GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!

(48) 3204-6843
(48) 99665-7706

comercial@011.ceapbrasil.com
www.ceapbrasil.com

CEAP Brasil

Plataforma
LegisATIVO

Programação

- Check-list de conformidade jurídica e política para o uso de IA.
- Preparar respostas para pedidos de informação
- Apoiar o controle interno na análise de dados
- Oficinas práticas com simulações reais de uso
- Criação de fluxos de trabalho mais eficientes com IA

14/08 (Quinta-Feira): 14h às 17h

ATIVIDADE ELETIVA - Consultoria com Professor

15/08 (Sexta-Feira): 08h às 12h

Módulo 3 - Implantar a IA e utilizá-la para Fiscalização

- Primeiros passos para implantação segura da IA na Câmara
- Como treinar a IA com os próprios documentos da Câmara
- Como a IA pode apoiar a fiscalização do Executivo Municipal.
- Elaboração de pedidos de informação com precisão e base legal.
- Análise automatizada de dados do Portal da Transparência, contratos, licitações e convênios.
- IA para acompanhamento de obras, programas e execução orçamentária.
- Oficina prática: construindo uma ação de fiscalização com auxílio da IA.
- Riscos e limitações da IA generativa no setor público.



GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!

(48) 3204-6883 | comercial@01.com.br
(48) 995657700 | www.01.com.br

GeopBrasil

**Plataforma
LegisATIVO**

**Criação de Leis,
Requerimentos, Fiscalização e Rotinas
Com Apoio da Inteligência Artificial**

12 a 15 de Agosto
Florianópolis - SC

Investimento

Consulte as **Condições Especiais** para grupos do mesmo órgão com nossos consultores.

Incluso:

- Kit do aluno. (Mochila, Caderno de anotações, Caneta, Squeeze, Pulseira, Apostila e Credencial).
- Coffee Break.
- Certificado de Conclusão impresso para quem atingir no mínimo 75% de frequência.

Kit do aluno



Procedimento
Inscrição
Assinatura

83 25
07
20

Plataforma LegisATIVO



Primeira plataforma do Brasil com

Inteligência Artificial. É a primeira do Brasil em solução completa para Câmaras Municipais, Resoluções de Pro... especialista no Poder Legislativo. Oferece serviços como Consultorias especializadas na atualização e modernização de Câmaras Municipais.

Quero Agendar uma Demonstração!



Centro de Estudos da Administração Pública

Comprovante de Inscrição

Florianópolis, 08 de Agosto de 2025.

Confirmamos as inscrições de Claiton Chagas Domelles, Renato da Silva Ferreira, Julio Cesar Ribeiro e Lucas Chaneneco da Câmara Municipal de São Jerônimo/RS para participação no curso "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais", que será realizado em Florianópolis dos dias 12 a 15 de agosto de 2025.

Número de Inscrições: 4

Valor Unitário: R\$1.790,00 (mil setecentos e noventa reais)

Valor Total das Inscrições: R\$ 7.160,00 (sete mil cento e sessenta reais)

No valor está incluso material didático, consultoria específica durante 30 dias + oportunidade de tirar dúvidas com nossos professores especialistas sempre que preciso, e Coffe breack.

Informamos que cancelamentos são permitidos em até 72h antes do início do curso.

Atenciosamente,

Talia Prado

Consultora Comercial CEAP BRASIL



GARANTA 14-DIAS SUA INSCRIÇÃO

RD 120-015
RD 120-7114

União: João José, Maria da Graça
e família

**Nos Transformamos Gestores
Públicos em Agentes de Mudança**



Câmara Municipal de Planura

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Sacramento, 111, Centro - Planura-MG CEP: 38230-000 Tel.: (34) 3427-2101
www.planura.mg.leg.br camara@planura.mg.leg.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa CEAP BRASIL Soluções Educacionais para Gestão Pública Limitada, inscrita sob o CNPJ 46.415.417/0001-16, possui competência técnica na prestação de serviços de capacitação e treinamento para administração pública.

A empresa já capacitou e treinou representantes desta casa legislativa, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade das capacitações realizadas, as quais se expõem abaixo:

- Nova Lei de Licitações – 14h (Realizado em Agosto/2022)

Planura/MG, 02 de Setembro de 2022


Huelton Rodrigues da Silva
Presidente da Mesa Diretora
Biênio 2021-2022

Assinatura	83 25
Carimbo	
Tratamento	

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS
PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA
CNPJ nº 46.415.417/0001-16

FABÍOLA GOMES, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 05/01/1994, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, CPF nº 089.957.409/22, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 6291988, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliada(a) no(a) AVENIDA RIO BRANCO, 404, CENTRO, FLORIANÓPOLIS, SC, CEP 88015203, BRASIL.

ERIK ALVES CARDOSO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 14/09/1997, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, CPF nº 105.791.219-09, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 06512875307, órgão expedidor DETRAN-SC - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA FRANCISCO DE ASSIS, 210, FORQUILHINHA, SÃO JOSÉ, SC, CEP 88106600, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42207137999, com sede Avenida Rio Branco, 404, Sala 2203, Centro Florianópolis, SC, CEP 88015203, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (ME) sob o nº 46.415.417/0001-16, deliberam de plena e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Retira-se da sociedade o sócio ERIK ALVES CARDOSO, detentor de 400 (Quatrocentos) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais).

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA. O sócio ERIK ALVES CARDOSO transfere sua quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$400,00 (Quatrocentos Reais), direta e irrevocavelmente ao sócio FABÍOLA GOMES, da seguinte forma: CONFORME CONTRATO DE COMPRA E VENDA, dando plena, geral e irrevogável quitação.

Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio, fica assim distribuído:
FABÍOLA GOMES, com 20.000 (Vinte Mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais).

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE ao(a) Sócio(a) FABÍOLA GOMES, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade; autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Req: 81.00001250R50

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o registro em 19/07/2023 Data dos Efeitos 29/05/2023
Arquivamento 23239230474 Protocolo 239230874 de 06/07/2023 NIRE 42207137999

Nome da empresa CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA
Este documento pode ser verificado em <http://reg.jucsp.sc.gov.br/identificacaoSociedades/autenticacao.aspx>
Campo: 211927763961848
Este órgão foi autenticado digitalmente e assinado em 19/07/2023 ELUCIANO LUIZ DE KOWALSKI - Secretário-Geral



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS
PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA
CNPJ nº 46.415.417/0001-16

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. Os(s) administrador(es) declaram(s), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUINTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em FLORIANÓPOLIS.

CLÁUSULA SEXTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA.

ENDEREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade exerce suas atividades no seguinte: Avenida Rio Branco, 404, Sala 1304, Centro Florianópolis, SC, CEP 88015-203.

CLÁUSULA TERCEIRA. OBSERVADA AS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL a sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual.

OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade tem o seguinte objeto: TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E CIERENCIAL, PORTAIS, PROVIDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, AUDITORIA E CONSULTORIA ATUARIAL, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA, OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, REPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS.

Parágrafo Único: A sociedade assume o compromisso de contratar responsável técnico legal, quando antes a atividade do objeto social for solicitada.

Régis 81300001230850

Página 2

Processo Nº	83.25
Folha Nº	11
Assinatura	

10/07/2023



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 10/07/2023 Data dos Filiais 25/06/2023
Arquivamento 20239230574 Protocolo 230230574 de 06/07/2023 NIRE 42207137999

Nome da empresa CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA
Este documento pode ser verificado em <http://reg.jccsc.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.asp>
Chamada 21102773961846
Este copia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2023 LUCIANO LEITE KOWAIAKI - Secretário-Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS
PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA
CNPJ nº 46.415.417/0001-15

CLAUSULA QUINTA. A sociedade iniciou suas atividades em 16/05/2022 e seu prazo de duração é indeterminado.

CAPITAL SOCIAL

CLAUSULA SEXTA. O capital social é de R\$ 20.000,00 (VINTI MIL Reais), dividido em 20.000 (Vinte mil) quotas no valor de R\$1,00 (Um Real) cada uma, inscritas pelo(s) sócio(s), a saber:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
FABÍOLA GOMES	20.000	R\$20.000,00
TOTAL		R\$ 20.000,00

Parágrafo único. O capital está assim distribuído: FABÍOLA GOMES, R\$20.000,00 (Vinte Mil Reais) totalmente integralizados em moeda corrente nacional; ERIK ALVES CARDOZO, R\$400,00 (quinhentos Reais) totalmente integralizados em moeda corrente nacional.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA QUINTA. A administração da sociedade caberá SOLEADAMENTE ao Sócio FABÍOLA GOMES, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo portar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, faze-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLAUSULA SEXTA. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico e será efetuada a apuração e a distribuição dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

Parágrafo Segundo: A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação dos sócios desde que aprovada pelos sócios quotistas.

CLAUSULA SÉTIMA: O falecimento, retirada, inexistência ou inabilitação de um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com o sócio remanescente ou herdeiros do sócio falecido. Caso um herdeiro(s) do sócio falecido não pretendam integrar-se a Sociedade, então, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) providenciar (em) a produção do balanço apurador e apuração do patrimônio líquido para pagamento dos herdeiros do sócio falecido, mediante levantamento do balanço geral específico para esse fim, tudo em conformidade com a legislação em vigor.

Reg: 81300001250850

Página 3



Junto Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 19/07/2023 Data dos Estatos 22/05/2023
Assinamento 2023V230474 Protocolo 230230474 de 09/07/2023 NIRE 4220112799

Nome da empresa CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA
Este documento pode ser verificado em <http://regis.jucis.sc.gov.br/autenticacao/consultar/230230474>
Chancela 211027761961846

Este objeto foi assinado digitalmente e registrado em 19/07/2023 em JANTO CIEFERKOWSKI - Secretário-Geral

Processo Nº 83.25
Folha Nº 12
Assinatura [assinatura]

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE CLAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS
PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA
CNPJ nº 46.415.417/0001-16

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

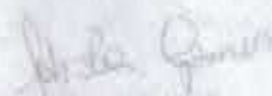
CLÁUSULA OITAVA. O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de uma pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORTO

CLÁUSULA NONA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece Florianópolis.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento:

FLORIANÓPOLIS, 23 de junho de 2023.


KÁTIA GOMES


ERIK ALVES CARDOSO

Reg: 8130000 F250850

Página 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 19/07/2023 - Data dos Códigos 22/06/2023
Arquivamento 2023/02/0574 Protocolo 234230774 de 06/07/2023 NIRE 4720/117995

Nome da empresa CLAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA
Este documento pode ser verificado em <http://regim.jucis.sc.gov.br/> ou <http://www.jucis.sc.gov.br/verificacao.aspx>
Chancela 211027503981946
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/07/2023 por (C) CARLA LUTTE KOWALSKI - Secretária-Geral

Processo Nº	83.25
Folha Nº	13
Assinatura	

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

NOME DA EMPRESA	CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA
PROTOCOLO	239230574 - 05/07/2023
ATO	502 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42307137999
CNPJ 46-411.417/0001-16
CERTIFICADO REGISTRO EM 10/07/2023
SOL N. 20230230574

EVENTOS

001 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20230230574

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 34282744951 - EDSON DIEGO OLIVEIRA MARTINS - Assinado em 08/07/2023 às 14:03:23



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/07/2023. Data da Emissão 23/06/2023

Arquivamento 20239230574 Protocolo 239230574 de 06/07/2023 NIRE 42307137999

Nome da empresa CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA

Este documento pode ser verificado em <http://rgon.jucrs.sc.gov.br/consultacao/Organismos/assinaturas.aspx>

Código 215027763951844

Este cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2023 CLAUDIA ROBERTA KOWALSKI - Secretária-Geral

Processo Nº 83-25
Folha Nº 14
Assinatura [assinatura]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **GEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA**
CNPJ: **46.415.417/0001-16**

Reservado o direito da Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:52:42 do dia 20/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/11/2025.

Código de controle da certidão: **F5BE.47C3.E483.19CE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Processo Nº	83.25
Folha Nº	15
Assinatura	

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA
LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 46.415.417/0001-16

Certidão n°: 32772605/2025

Expedição: 13/06/2025, às 09:58:00

Validade: 10/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data
de sua expedição.

Certifica-se que CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA
LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n°
46.415.417/0001-16, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de
Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 803-A da Consolidação
das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis n.º 12.440/2011 e
13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos
Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação
a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua
autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na
Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados
necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas
inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações
estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em
acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos
recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a
emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes
de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do
Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por
disposição legal, contiver força executiva.

Processo Nº	23 25
Folha Nº	16
Assinatura	

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 4250072
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA

Razão do CNPJ: 40.415.417

País endereço da sede: BRASIL

Estado endereço da sede: SANTA CATARINA

Município endereço da sede: FLORIANÓPOLIS

Endereço da sede: AV. OSVALDO RODRIGUES CABRAL, 1570

Certidão emitida às 15:47 de 02/05/2025.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, compelindo apta interessada(a) ou destinatária(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.



A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias contados da emissão do documento, no endereço <https://certidoes.tjsc.jus.br/download> - Solicitado por: Estelcio Gomes - CPF: 000.957.103

gub Ouro

Processo Nº	83.25
Folha Nº	12
Assinatura	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA**
CNPJ/CPF: **46.425.417/0001-10**
(Solicitante sem Inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/IC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas (que vierem a ser apuradas), é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3338/86, Art. 154
Nome da certidão:	250140083364081
Data de emissão:	14/03/2023 08:47:07
Validade (Lei nº 3338/86, Art. 158):	10/09/2023

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sefaz.sc.gov.br>

Processo Nº	73.25
Folha Nº	12
Assinatura	

Assinado digitalmente
em: 04/03/2023 10:02:59



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome / Razão Social

CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITA CNPJ: 48415417000118

Aviso

Com débitos pendentes a vencer até a presente data.

Comprovação junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWYTOYVUMIJRQLS2

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Florianópolis (SC), 07 de Março de 2025

Processo Nº

8325

Folha Nº

19

Assinatura

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 46.415.417/0001-18
Razão Social: CEAR BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS GESTÃO PÚBLICA LTDA
Endereço: AV RIO BRANCO 404 SALA 1203 / CENTRO / FLORIANÓPOLIS / SC / 88015-303

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/06/2025 a 30/06/2025

Certificação Número: 2025060103525844699686

Informação obtida em 13/06/2025 10:05:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Processo Nº 23,25
Folha Nº 20
Assinatura [Assinatura]

CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO AVENIDA RIO BRANCO, 404, SALA 1203 CENTRO - FLORIANOPOLIS - SC - 88.015-203 CNPJ: 46.415.417/0001-16 CME: 816.799-3	DANFPS-E Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica Numero: 3985 Autorização: 1254922 Emissão: 23/07/2025 Código de Verificação: CAB3-19A1-A&A3-D7DC 
--	---

Dados do Tomador:				
NOMENCLATURA SOCIAL:				CNPIS
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA				0202
ENDEREÇO:		BAIRRO/DISTRITO:		CEP
Rua: R. de Maio, 130 -		Nascer do sol		88.071-000
MUNICÍPIO:	UF:	País:	CPF/CNPIS/Outros:	CMC:
Serra Alta	SC	BRASIL	17.165.981/0001-20	

Cód. Atividade	(Descrição CNAE) Descrição do Serviço	CST	Aliq.	Valor Unitário	Qtde	Valor Total
8555404	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, REFERENTE A PARTICIPAÇÃO DE JACQUELINE BOAL DOMIS NO CURSO PROVERBEMOS, BOOST E FLUXOS DE INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA E APLICAR CORRETAMENTE, QUE OCORRE ENTRE OS DIAS 22 A 23 DE JULHO DE 2025 - FLORIANÓPOLIS - SC	0	0,00	R\$ 1.790,00	1	R\$ 1.790,00

Base de Cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN	Base de Cálculo ISSQN Subst.	Valor do ISSQN Subst.	Valor Total dos Serviços
R\$ 1.790,00	R\$ 53,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.790,00

Dados adicionais:
Optantes pelo Simples Nacional (Nº RFB nº 12/04/2012)

DANFPS-E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA	A VALIDADE E AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTAÇÃO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA PODERÃO SER CONFIRMADAS RESPECTIVAMENTE CONSULTA A PAGINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SMP-MS INTERNET, NO ENDEREÇO www.smp.ms.gov.br/secretaria-municipal-fazenda , EM VERIFICAÇÃO AUTENTICAÇÃO - PRODUÇÃO INFORMADAÇÃO DO CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO, CÂMBIO TAXA/DTDO E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO EMPREENTE NO CADASTRO NACIONAL DE CONTRATANTES - CND-CONTAT.
--	---

Processo Nº 8325.

Folha Nº 21

Assinatura [Assinatura]

CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO

AVENIDA RIO BRANCO, 404, SALA 1203
CENTRO - FLORIANOPOLIS - SC - 88.015-203
CNPJ: 46415417/0001-16
CME: 816.799-3

DANFPS-E

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica
Número: 3983
Autorização: 1254922
Emissão: 23/07/2025
Código de Verificação: C121-2E16-CCA2-506F



Dados do Emitente

NOME RAZÃO SOCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL				CFPS 0202
ENDEREÇO Rua Wigando Koch, 88-		BAIRRO/DISTRITO		CEP 89.260-000
MUNICÍPIO São Bento do Sul	UF SC	País BRASIL	CNPJ/CNPJ/Outra 83.536.854/0001-14	CVC

Dados do(s) Serviço(s)

Cód. Atividade	(Descrição CNAE) Descrição do Serviço	CST	Aliq	Valor Unitário	Qtde	Valor Total
85999044	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE MARIA ROSA DA SILVA NO CURSO REQUERIMENTOS, NOÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: COMO FORMULAR E APLICAR CORRETAMENTE QUE OCORRE ENTRE OS DIAS 22 A 24 DE JULHO DE 2025 - FLORIANÓPOLIS - SC	0	0,00	R\$ 1.790,00	1	R\$ 1.790,00

Cálculo do Imposto

Base de Cálculo do IBSQN	Valor do IBSQN	Base de Cálculo do IBSQN Subst.	Valor do IBSQN Subst.	Valor Total dos Serviços
R\$ 1.790,00	R\$ 53,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.790,00

Dados adicionais

Omitida pelo Simples Nacional - W RFB nº 12342012.

DANFPS-E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICA

A VALIDADE E AUTENTICIDADE DESTES DADOS DEVE SER VERIFICADA NA NOTA FISCAL DE PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICA PODENDO SER CONFIRMADA MEDIANTE CONSULTA A PAGINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA - SMP NA INTERNET, NO ENDEREÇO www.cidadefloripa.org.br. EM VERIFICAÇÃO AUTENTICAÇÃO - PRODUÇÃO, INFORMANDO O CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO C121-2E16-CCA2-506F E O NOME DO INSUPLENTE OCBERTES NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRAS INTER-0300-012345.

Processo Nº 83.25.
Folha Nº 22
Assinatura [Assinatura]

CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO AVENIDA RIO BRANCO, 404, SALA 1203 CENTRO - FLORIANOPOLIS - SC - 88.015-202 CNPJ: 46.415.417/0001-16 CMC: 816.798-3	DANFPS-E Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica Número: 3388 Autorização: 13549223 Emissão: 23/07/2025 Código de Verificação: 3B4B-85B7-614C-156A
--	--



Dados do Tomador NOME/RAZÃO SOCIAL CAMARA MUNICIPAL DE URUPEMA SC		CNPJ 0202	
ENDEREÇO Av. Manoel Pereira de Medeiros, 155 -		BAIRRO/DISTRITO CEP 88.025-000	
MUNICÍPIO Urupema	UF SC	País BRASIL	OFFICINAP/Dólar 75.493.487/0001-08 CMC

Dados do(s) serviço(s)						
Cód. Atividade	(Descrição CNAE) Descrição do Serviço	CST	Aliq.	Valor Unitário	Qtde	Valor Total
8599404	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE JAISON HELO DE OLIVEIRA NO CURSO REORIENTAMENTO: NOÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: COMO FORMULAR E APLICAR CONSENTIMENTO QUE OCORRE ENTRE OS DIAS 22 A 20 DE JUNHO DE 2025 - FLORIANOPOLIS - SC	0	3,00	R\$ 1.790,00	1	R\$ 1.790,00

Cálculo do Imposto				
Base de Cálculo do IBSQN	Valor do IBSQN	Base de Cálculo IBSQN Subst.	Valor do IBSQN Subst.	Valor Total dos Serviços
R\$ 1.790,00	R\$ 53,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.790,00

Dados adicionais Optantes pela Simples Nacional: IN RFB N° 1234/2012

DANFPS-E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA	A VALIDADE E AUTENTICIDADE DESSES DOCUMENTOS AUXILIARES DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA PODERÃO SER COMPROVADAS MEDIANTE CONSULTA À PÁGINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SMP/FAZENDA INTERNET - OU ATRAVÉS DO PÓRTO DE ENTRADA DE INFORMAÇÕES EM VERIFICAÇÃO AUTENTICIDADE - OU ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO O CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B4B-85B7-614C-156A E O NÚMERO DE EMISSÃO DO EMITENTE NO CADASTRO MUNICIPAL DE VOLTANTES - CMC E-1000
--	--

Processo N° <u>13.25</u> Folha N° <u>23</u> Assinatura: <u>[Assinatura]</u>



RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.

TERMO DE AUTUAÇÃO

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR MEIO DE INEXIGIBILIDADE DA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS Nº 83/2025

AUTUAÇÃO: Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, cumprindo o disposto da Lei, eu assessora legislativa procedo a **AUTUAÇÃO** do processo de contratação direta por meio de Inexigibilidade de Licitação nº 83/2025 tendo por objeto a Contratação do curso "IA para vereadores e assessores" que será realizado em Santa Catarina no CEAP nos dias 12 a 15 de agosto de 2025. Para os Vereadores Renato Ferreira, Claiton Dornelles, Júlio César Ribeiro e procurador jurídico Lucas Chananeco

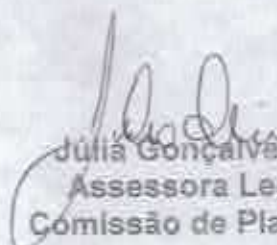
Solicito a indicação de recursos de ordem orçamentária e disponibilidade financeira para fazer frente à despesa;

E, para constar, lavro e assino o presente termo de autuação, eu, Júlia Gonçalves Charão, assessora legislativa – comissão de planejamento.

Documentos anexados ao processo;

1. Folder do Curso;
2. Comprovação da inscrição
3. Comprovação da Notória especialização
4. Duas ou três notas fiscais de valores cobrados anteriormente de outros municípios
5. Negativas da empresa

São Jerônimo, 08 de agosto de 2025


Júlia Gonçalves Charão
Assessora Legislativa
Comissão de Planejamento

Processo Nº	83/25
Folha Nº	24
Assinatura	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 90.893.439/0001-83
Município: SÃO JERÔNIMO

NOTA DE BLOQUEIO

C.N.P.J.: 90.893.439/0001-83

Município: SÃO JERÔNIMO

Página: 174

Date: 05/08/2025

Osório, A. J.

Nº do Registro: 1571197/2025

Data do Bloqueio: 08/08/2025

Órgão:	01.000	CAMARA DE VEHEADORES
Unidade:	01.001	PROCESSO LEGISLATIVO
Funcional:	01.021.0001	Ação Legislativa
Projeto/Atividade:	2.376	ESCOLA DO LEGISLATIVO
Elemento:	3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
Código reduzião:	51	

Unidade	01.001	PROCESSO LEGISLATIVO
---------	--------	----------------------

Funcional	01.021.0001	Ação Legislativa
-----------	-------------	------------------

Projeto/Atividade	2.376	ESCOLA DO LEGISLATIVO
-------------------	-------	-----------------------

Elemento:	3.1.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
-----------	-----------------------	--

Código notarial: 51

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo:

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.000,00	08/08/2025		15.046,00	1.790,00	0,00	13.256,00

1.500.000,00 (50)	09/08/2025	15.048,00	1.790,00	0,00	13.258,00
-------------------	------------	-----------	----------	------	-----------

Solicitação 834026

Fonte de Recursos:

Número	Descrição	Valor
1.500.0000.0500	Recursos não Vinculados de Impostos	1.720,00

Sweden

Processo Nº 83.25.
Folha Nº 25
Assinatura: [Signature]

Folha Nº:

Assinatura



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 90.893.439/0001-83
Município: SÃO JERÔNIMO

Página: 1 / 1
Data: 08/08/2025
Usuário: Juliacharao

Nº do Bloqueio: 1171200/2025
Data do Bloqueio: 08/08/2025

Órgão: 01.000 CAMARA DE VEREADORES
Unidade: 01.001 PROCESSO LEGISLATIVO
Funcional: 01.031.0001 Ação Legislativa
Projeto/Atividade: 2.378 GABINETE VEREADOR S
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
Código reduzido: 63

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente
e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.0000.0500	08/08/2025		1.920,00	1.750,00	0,00	130,00

Solicitação 83/2025

Fonte de Recursos:

Número	Descrição	Valor
1.500.0000.0500	Recursos não Vinculados de Impostos	1.750,00

claiton

Processo Nº 23 25
Folha Nº 26
Assinatura: [assinatura]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 90.893.439/0001-83
Município: SÃO JERÔNIMO

Página: 1 / 1
Data: 08/08/2025
Usuário: Julischano

Nº do Bloqueio: 1171213/2025
Data do Bloqueio: 08/08/2025

Órgão: 01.000 CAMARA DE VEREADORES
Unidade: 01.001 PROCESSO LEGISLATIVO
Funcional: 01.031.0001 Ação Legislativa
Projeto/Atividade: 2.576 ESCOLA DO LEGISLATIVO
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
Código reduzido: 61

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente
e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.0000.0500	08/08/2025		12.886,00	1.790,00	0,00	11.096,00

Solicitação R3/2025

Fonte de Recursos	Descrição	Valor
Número: 1.500.0000.0500	Recursos não Vinculados de Impostos	1.790,00

Ruan Osório

Processo Nº 83.25.
Folha Nº 27
Assinatura: [Assinatura]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 90.893.439/0001-63
Município: SÃO JERÔNIMO

Página: 1 / 1
Data: 08/08/2025
Usuário: Juliano

Nº do Bloqueio: 1171215/2025
Data do Bloqueio: 08/08/2025

Órgão: 01.000 CAMARA DE VEREADORES
Unidade: 01.001 PROCESSO LEGISLATIVO
Funcional: 01.031.0001 Ação Legislativa
Projeto/Atividade: 2.359 CABINETE VEREADOR 4
Elemento: 3.3.90.39.90.90.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
Código reduzido: 37

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente
e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.0000.0500	08/08/2025		1.420,00	1.420,00	0,00	0,00

Solicitação 83/2025

Fonte de Recursos:		
Número	Descrição	Valor
1.500.0000.0500	Recursos não Vinculados de Impostos	1.420,00

Processo Nº 83.125
Folha Nº 22
Assinatura: [assinatura]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 90.893.439/0001-83
Município: SÃO JERÔNIMO

Página: 1 / 1
Data: 08/06/2025
Usuário: JuliaCherezo

Nº do Bloqueio: 1171217/2025
Data do Bloqueio: 08/06/2025

Órgão: 01.000 CAMARA DE VEREADORES
Unidade: 01.001 PROCESSO LEGISLATIVO
Funcional: 01.031.0001 Ação Legislativa
Projeto/Atividade: 2.575 ESCOLA DO LEGISLATIVO
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
Código reduzido: 51

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente
e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.800.0000.0500	08/06/2025		11.468,00	370,00	0,00	11.098,00

Solicitação: 80/2025

Fonte de Recursos:

Número	Descrição	Valor
1.800.0000.0500	Recursos não Vinculados de Impostos	370,00

Resposta: Sim

Processo Nº 23 25
Folha Nº 29
Assinatura: [assinatura]



RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
PROCURADORIA LEGISLATIVA

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Assunto: Pedido de Autorização para Contratação Por Inexigibilidade

Para: Comissão de Planejamento / Procuradoria / Licitações.

Analisando-se o pedido de Contratação de serviços por Inexigibilidade, SOLICITAÇÃO DE COMPRAS Nº 083/25, visando Inscrições para participação em Curso de qualificação.

Inicialmente, o processo deverá tramitar pelos setores competentes Para:

1 - Comissão de Planejamento - Verificação, se a presente solicitação, está acompanhada de toda a documentação comprobatória da notória especialização da empresa e da equipe técnica responsável na execução dos serviços a serem contratados, documentos que comprovem que a empresa preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima nos termos do artigo 72, V da Lei 14.133/2021, bem como estimativa de despesas com cópia dos contratos ou Notas Fiscais, que comprovem que o valor da contratação é compatível no mercado nos termos do artigo 23 da Lei 14.133/2021;

2 - Procuradoria - Análise sobre a legalidade da contratação por meio de inexigibilidade de licitação, bem como minuta do contrato, se for o caso;

3 - Comissão de Licitação - Parecer do Agente de Contratação designado, a fim de que, se analise, estar presente os requisitos descritos no item 1, considerando-se o parecer da Procuradoria.

Cordialmente,

São Jerônimo, 08 de agosto de 2025


RENATO DA SILVA FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Processo Nº	83 25
Folha Nº	30
Assinatura	



RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
PROCURADORIA LEGISLATIVA

PARECER JURÍDICO

Solicitação de Compras nº: 083/2025 – Contratação de Curso

O presente processo foi submetido para análise jurídica e aprovação de possibilidade de contratação direta sem licitação para contratação de empresa especializada para ministrar curso de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

As contratações públicas são, em regra, precedidas de procedimento licitatório que assegure igualdade de condições a todos concorrentes, por força do que prescreve a Constituição Federal em seu Artigo 37, inciso XXI. A Lei 14.133/21, no entanto, previu casos – também com fundamento nesse dispositivo constitucional – em que o procedimento poderá ser dispensado, ao se tratar das hipóteses de contratação direta (Art. 72 e seguintes). Neste caso, a contratação em referência, será realizada por inexigibilidade de licitação, com fulcro no Art. 74, III, alínea F, da Lei 14.133/2021.

Como é possível inferir, é inexigível a licitação, quando inviável, a competição e, nesta hipótese em especial, para as contratações de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, tendo por finalidade o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Resulta-se que a própria Lei nº 14.133/21 já estabelece que os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal são considerados serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e que a notória especialização é a "qualidade de profissional ou de empresa cujo, conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização ou outro requisito relacionado com a atividade, que permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato".

Quanto à justificativa do preço, observamos que a empresa escolhida apresentou preços compatíveis com os praticados no mercado, estando assim dentro do valor de mercado, conforme documentação acostada nos autos, do mesmo objeto da contratação ou semelhante, estando compatível, justificando-se assim o preço proposto pela empresa a ser contratada, atendendo ao disposto do Artigo 23 da Lei 14.133/21.

ANTE O EXPOSTO, conclui-se que o processo encontra-se revestido das formalidades legais exigidas, razão pela qual esta Procuradoria se manifesta pela possibilidade de contratação, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, Inciso III, alínea F, da Lei 14.133/21.

São Jerônimo, 08 de agosto de 2025

LUCAS CHIANELLO DE SOUZA

Procurador Legislativo

Processo Nº	83,25
Folha Nº	31
Assinatura	

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO - RS

Estudo Técnico Preliminar 87/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: Solicitação 83/2025

2. Descrição da necessidade

Justifica-se este curso para qualifica-los melhor e possuir mais conhecimento. A escolha do curso nesta instituição, da maior segurança em retorno de orientação no caso de dúvidas pós-curso. O Curso tem como capacitar os integrantes a Utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar a criação de leis, requerimentos, moções e ofícios com mais agilidade e segurança técnica, Aplicar IA na elaboração de respostas, atas, relatórios e documentos administrativos no dia a dia da Câmara Municipal, Automatizar tarefas repetitivas e ganhar produtividade mesmo em ambientes com equipe reduzida e Atuar com mais autonomia e qualidade tanto nas funções legislativas quanto nas rotinas administrativas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Presidência	Vereador Renato Pereira
Gabinete vereador Claiton Donelles	Vereador Claiton Donelles
Gabinete Vereador Julio	Vereador Julio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada junto ao sistema SICAF, possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) emitida pelo TST, e estar quite em todas as certidões emitidas com base na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU (Certidões Administração Pública Federal, disponível em: <https://certidoes-apt.apps.tcu.gov.br/>). Deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados e emitir aos servidores participantes, no final do evento, o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático.

Nr Do Item	Previsão Data do Curso
1 a 3	12 a 15 de agosto de 2025

Processo Nº 83/25
Folha Nº 32
Assinatura: [Assinatura]

5. Levantamento de Mercado

Tendo em vista que a contratação de curso é rotineira e comum na administração pública, entendeu-se não ser necessária a realização de audiência pública a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento a solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais que melhor atendessem as necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no

que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Logo, a aquisição de curso objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Conforme proposta em anexo a este ETP, foi negociado junto à empresa que o preço final a ser cobrado, por inscrição, a Câmara de Vereadores, sendo esse valor fixo e irredutível, o que demonstra ainda mais vantagem na contratação.

6. Descrição da solução como um todo

Conforme Art. 74º, Inciso III, I da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Portanto a contratação em questão está atendendo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades solicitadas são suficientes para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo.

Nr Item	Especificação do Objeto	Apresentação	Qtd Estimada	Cat Mat
01	Três (03) inscrições no curso "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial." - CEAP - SC dos dias 12 a 13 de agosto de 2025, para o vereador Renato Ferreira e procurador Lucas Chananeco.	unidade	2	21172
02	Uma (01) inscrição no curso "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial." - CFAP - SC dos dias 12 a 15 de agosto de 2025, para o vereador Claiton Dornelles.	unidade	1	21172
03	Uma (01) inscrição no curso "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial." - CEAP - SC dos dias 12 a 15 de agosto de 2025, para o vereador Julio Cesar Ribeiro.	unidade	1	21172

Processo Nº	83.25
Folha Nº	33
Assinatura	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Item 1 a 3 - O valor unitário para a presente contratação é R\$1.790,00 conforme Documento de Formalização de Demanda realizada pelas requisitantes.

Valor total: R\$7.160,00

Pesquisa feita pela fonte: Site CEAP Brasil SC

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme o 1º art. 18 da Lei 14.133/21, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. No entanto, a contratação em tela vislumbra uma única aquisição, que será ofertado em pequena quantidade, dessa forma, não é viável e produtivo para a Administração Pública o parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

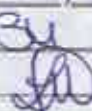
A presente contratação possui total alinhamento ao Plano Anual de Contratações de 2024, sob o número de Contratação 929911- 99/2025.

12. Resultados Pretendidos

Justifica-se este curso para qualifica-los melhor e possuir mais conhecimento. A escolha do curso nesta instituição, da maior segurança em retorno de orientação no caso de dúvidas pós-curso. O Curso tem como capacitar os integrantes a Utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar a criação de leis, requerimentos, moções e ofícios com mais agilidade e segurança técnica. Aplicar IA na elaboração de respostas, atas, relatórios e documentos administrativos no dia a dia da Câmara Municipal. Automatizar tarefas repetitivas e ganhar produtividade mesmo em ambientes com equipe reduzida e Atuar com mais autonomia e qualidade tanto nas funções legislativas quanto nas rotinas administrativas.

13. Providências a serem Adotadas

- Publicação da contratação no PNCP e Diário Oficial do Município, para dar publicidade aos atos praticados, de modo a conferir maior transparência neste processo ainda que se tenha seguido todos os trâmites e adotadas todas as providências previstas em lei;
- Emissão de nota de empenho em nome da empresa a ser contratada;
- Confirmação da inscrição junto à empresa contratada.

Processo Nº	23.25
Folha Nº	34
Assinatura	

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

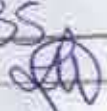
15.1. Justificativa da Viabilidade

Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a Comissão de Planejamento aponta como viável esta aquisição considerando a essencialidade da demanda, a natureza comum dos itens, a manifestação suficiente de fornecedores no mercado, e pelo fato da solução apontada revelar-se calcada nos normativos que regem a matéria, resguardando assim a imprescindível legalidade e o interesse público. Por fim, o atendimento desta demanda será por meio da Inexigibilidade, conduzida pela que se encontra aberta para manifestação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o padrão oficial no Brasil e fundamentam-se no ST de Ass. 2º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

 08/08
JULIA GONCALVES CHARAO
Assessora Legislativa

Processo Nº 73.25
Folha Nº 35
Assinatura 

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO - RS

Termo de Referência 103/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG 103/2025 925911-CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO - RS Editado por JULIA GONCALVES CHARAO Atualizado em 06/08/2025 14:25 (v.0.3)
Status CONCLUIDO

Outras Informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnicos-profissionais especializados/Serviço não-continuado	99/2025	Solicitação 83/2025

1. Definição do objeto

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação por Inexigibilidade de Licitação para 4 inscrições e participações no "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial" a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 12 a 15 de agosto de 2025, em Florianópolis/SC, para os Vereadores: Renato Ferreira, Claiton Damelles, Júlio César Ribeiro e para o procurador Lucas Chananeco.(PRESENCIAL), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATMAT/ CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Três (2) inscrições e participações no curso "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial" a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 12 a 15 de agosto de 2025, em Florianópolis/SC, para o vereador Renato Ferreira e jurídico Lucas Chananeco (PRESENCIAL)	21172	2	Unidade	R\$1.790,00	R\$3.580,00
	Uma (1) inscrição e					

Processo Nº

Folha Nº

Assinatura

2	participação no curso "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial." a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 12 a 15 de agosto de 2025, em Florianópolis/SC, para o Vereador Claiton Dornelles. (PRESENCIAL)	21172	1	Unidade	R\$1.790,00	R\$1.790,00
3	Uma (1) inscrição e participação no curso "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial." a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 12 a 15 de agosto de 2025, em Florianópolis/SC, para o Vereador Julia Cesar Ribeiro. (PRESENCIAL)	21172	1	Unidade	R\$1.790,00	R\$1.790,00

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) contados da emissão de Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 O custo estimado total da contratação é de R\$7.160,00 conforme Documento de Formalização de Demanda realizado pelas requisitantes.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seu quantitativo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Processo Nº 83.25
 Folha Nº 31
 Assinatura: [Assinatura]

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexado ao processo de contratação.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Não foram encontrados critérios de sustentabilidade para o referido serviço a ser contratado.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista a especificidade do serviço.

Nº Item	Período do Curso
1 a 3	12/08 a 15/08

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução contratual se dará com as participações no 4 inscrições e participações no "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial" a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-18, no período de 12 a 15 de agosto de 2025, em Florianópolis/SC, para os Vereadores Renato Ferreira, Claiton Dornelles, Júlio César Ribeiro e para o procurador Lucas Chananeco.(PRESENCIAL), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. O local do evento será no Casteimar Hotel e Eventos - Rua Felipe Schmidt, 1260 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-002

Especificação da garantia do serviço

5.4. Não será exigida garantia para o referido serviço.

Procedimentos de transição e finalização do Contrato

5.5 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Processo Nº 83.25
Folha Nº 38
Assinatura [assinatura]

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Fiscalização (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput):

6.7. A fiscal de contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.8. A fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados;

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

processo Nº	83.25
folha Nº	39
assinatura	

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.3. A atenção da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. O pagamento da presente contratação deverá ser realizado, ao final do serviço prestado (final do curso/seminário), quando da emissão da nota fiscal em nome da empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16;

7.3.2. Comprovação da execução do curso por meio da apresentação dos certificados de participação e demais documentos (caso necessário);

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a

Processo Nº	23.25
Folha Nº	40
Assinatura	

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

B. Critérios de seleção do fornecedor

B. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, f, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

8.2. A execução contratual se dará com 4 inscrições e participações no "IA para Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas Com Apoio da Inteligência Artificial" a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 48.415.417/0001-16, no período de 13 a 15 de agosto de 2025, em Florianópolis/SC, para os Vereadores Renato Ferreira, Claiton Dornelles, Júlio César Ribeiro e para o procurador Lucas Chananeco(PRESENCIAL) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

Processo N° 33.25

Folha N° 41

Assinatura

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Puridas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação Jurídica:

8.15. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.16. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerado como sua sede, conforme Instrução Normativa CREA/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

Processo Nº 28.35

Folha Nº 42

8.20. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.22. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.32. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.32.1. Apresentação de no mínimo 03 (três) Atestado de capacidade técnica e/ou comprovação de contratação similar fornecido por entidades públicas e/ou privadas;

8.33. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

Processo Nº	83.25
Folha Nº	43
Assinatura	

8.35. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias para comprovar a legitimidade dos atos, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia autenticada do documento de identidade, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, e outros documentos (caso necessário).

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.188,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$7.188,00

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 01 - CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO - Renam e Lucas

Projeto /Atividade: 2376- Escola do Legislativo

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Código reduzido: 51

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO - Claiton

Projeto /Atividade: 2378 - Gabinete Vereador Claiton

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Código reduzido: 53

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO - Julio

Projeto /Atividade: 2359 - Gabinete Vereador Julio

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Processo Nº	83.25
Folha Nº	24
Assinatura	

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §1º da Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


JULIANA GONÇALVES CHARÃO
Assessora Legislativa

Processo Nº	83.25
Folha Nº	45
Assinatura	



RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.
ANÁLISE Nº 61/2025

Solicitação de Compras	5
DFD	07/2025
Contratação	99/2025
ETP	87/2025
TR	103/2025

Agente de Apoio Responsável

Larissa Teixeira Massena

Análise do Plano Anual de Contratações

O objeto desta contratação esta descrito no DFD 07/2025 originalmente vinculado à contratação 34/2025, já constante no PCA deste órgão. Trata-se de item planejado de forma geral para o órgão e a cada contratação é necessária a formação de uma nova contratação.

Parâmetros para Compra

Valor da Contratação:	R\$1.790,00
Nota Fiscal 1	R\$1.790,00
Nota Fiscal 2	R\$1.790,00
Nota Fiscal 3	R\$1.790,00
Nota Fiscal 4	

Comissão de Compras apresentou 03 notas fiscais da empresa CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO - CNPJ 46.415.417/0001-16 com outras entidades, comprovando o valor unitário da proposta esta de acordo com a realidade do mercado.

Diligências efetuadas

Este procedimento deve ser feito pela Comissão de Apoio

(x) SICAF(consultar dentro do Compras net OU consulta pública
<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarCRC.jsf>),
caso conste alguma certidão vencida consultar nos site oficiais ou solicitar a empresa.

(x) CNAE(consultar CNPJ na Receita Federal
https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_Solicitacao.asp),
não seguir com o processo caso a empresa não tenha atividade na área.

(x)CEIS(consultar CNPJ <https://certidoes.cgu.gov.br/>)

Este procedimento deve ser feito pela Comissão de Apoio

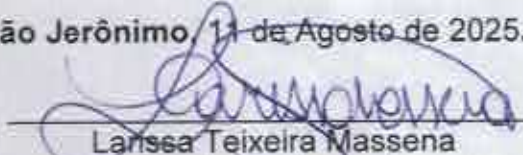
Processo Nº	83 25
Folha Nº	46
Assinatura:	



RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.

Entendendo desta forma nenhum impedimento para a contratação baseado na Compra Direta por Inexigibilidade Lei 14.133 artigo 74, III, f – Serviços Técnicos Especializados - Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

São Jerônimo, 11 de Agosto de 2025.


Larissa Teixeira Massena
Comissão de Apoio

Processo Nº	83/25
Folha Nº	12
Assinatura	



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 46.415.417/0001-16
Razão Social: CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 01/12/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com *** está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/11/2025	Automática
FGTS	Validade:	26/08/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	23/11/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/01/2024 (*)
Receita Municipal	Validade:	08/03/2024 (*)

V - Qualificação Técnica

Processo Nº	83.25
Folha Nº	48
Assinatura	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.415.417/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/05/2022
NOME EMPRESARIAL CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 66.21-5-02 - Auditoria e consultoria atuarial 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (Dispensada *) 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV RIO BRANCO	NÚMERO 404	COMPLEMENTO SALA 1203
CEP 88.015-203	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FLORIANÓPOLIS
ENDEREÇO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO@CEAPBRASIL.COM		UF SC
TELEFONE (48) 3204-6843		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/05/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 11/08/2025 às 13:27:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Processo Nº	83,25
Folha Nº	49
Assinatura	



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA**

CPF/CNPJ: 46.415.417/0001-16

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 13:28:18 do dia 11/08/2025, com validade até o dia 10/09/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: nux0FfCA1sbpDrQn3BmT

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Processo Nº	83.25
Folha Nº	50
Assinatura	



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 46.415.417/0001-16
Razão Social: CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 01/12/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com *** está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/11/2025	Automática
FGTS	Validade:	26/08/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	23/11/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/01/2024 (*)
Receita Municipal	Validade:	08/03/2024 (*)

V - Qualificação Técnica

Processo Nº	83.25
Folha Nº	51
Assinatura	

Emitido em: 11/08/2025 13:26

CPF: 028.XXX.XXX-39 Nome: LARISSA TEIXEIRA MASSENA

Ass: _____ 1 de 1

PARECER TÉCNICO FINAL

Eu, Luis Paulo Araujo Machado, agente de contratação nomeada pela Portaria nº 33/2025, no uso de minhas atribuições, verifiquei que consta no processo:

1- O OBJETO: Aquisição de 04 inscrições no Curso: "IA para servidores de Câmaras de Municipais Criação de Lei, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas com Apoio da Inteligência Artificial". Nos dias 12 a 15 de agosto de 2025. Para os Vereadores Renato Ferreira, Claiton Dornelles, Júlio Cesar Ribeiro e o Procurador Jurídico Lucas Chananeco.

2- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A inexigibilidade de licitação tem como fundamento o artigo 74, inciso III, "F", da Lei Federal 14.133/2021.

3 - DO PREÇO: O preço global para contratação é de R\$:7.160,00 (Sete mil cento e sessenta reais), sendo o valor unitário de R\$: 1.790,00 (um mil setecentos e noventa); preço compatível com o de mercado, conforme Notas Fiscais que constam nos autos.

4- DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: O Curso tem como capacitar os integrantes e utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar a criação de Leis, requerimentos, moções e ofícios com mais agilidade e segurança técnica, aplicar IA na elaboração de respostas, atas, relatórios e documentos administrativos no dia a dia da Câmara Municipal, Automatizar tarefas repetitivas e ganhar produtividade mesmo em ambientes com equipe reduzida E Atuar com mais autonomia e qualidade tanto nas funções legislativas quanto nas rotinas administrativas.

5- DA JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE e NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO: Devido à ampla competência e conhecimento técnico do corpo docente da empresa, onde a **competição é inviável**, constata-se que foi anexada documentação suficiente para confirmação da **notória especialização**, como atestados de capacidade técnica, certificados de graduação, pós-graduação, bem como de cursos técnicos condizentes ao objeto, conforme artigo 74, III, "F", da Lei 14.133/2021, justificando-se a contratação direta através da inexigibilidade de licitação, uma vez que não há obrigatoriedade de realização de certame licitatório.

6- DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCESSO: Quanto ao documento de formalização de demanda e autorização da autoridade competente para a abertura do processo de contratação, verifica-se devidas as formalizações anexadas.

7-DA RAZÃO DA ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Verificou-se que a empresa a ser contratada é uma tradicional prestadora de serviços do objeto deste processo. A empresa é renomada e atua de forma exemplar em diversos municípios, sem nada que desabone sua conduta. Urge mencionar que restou comprovada ainda a notória especialização da empresa e dos profissionais responsáveis por ministrar o treinamento, bem como comprovada sua situação regular no que diz respeito a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, além de apresentar valores praticados no mercado, o que justifica sua escolha. Quanto à justificativa do preço, observamos que a empresa escolhida apresentou preços compatíveis com os praticados no mercado, estando assim

dentro do valor de mercado, conforme diversos contratos acostados nos autos, do mesmo objeto desta contratação, **estando compatível**, justificando assim o preço proposto pela empresa a ser contratada, atendendo ao disposto no artigo 23 da Lei 14.133/2021.

8- A EMPRESA ESCOLHIDA: A escolhida foi a CEAP BRASIL Soluções Educacionais para a Gestão CNPJ: 46.615.417/0001-16.

9- DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA: A empresa vencedora apresentou os documentos que comprovam que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínimas. Registra-se que foi efetuada a pesquisa no SICAF, onde mostra que a empresa esta cadastrada. Pesquisado a certidão CEIS e não constam registros de penalidades. Foi também consultado CNAE, onde mostra que a empresa possui cadastro compatível para a atividade.

10- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O Setor de Contabilidade informou que as despesas com a contratação correrão:

01 CAMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO

0101 PROCESSO LEGISTIVO

2.376 ESCOLA DO LEGISLATIVO

3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
PESSOA JURÍDICA

2.378 GABINETE VEREADOR 9

3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
PESSOA JURÍDICA

2.376 ESCOLA DO LEGISLATIVO

3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
PESSOA JURÍDICA

2.369 GABINETE VEREADOR 4

3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
PESSOA JURÍDICA

2.376 ESCOLA DO LEGISLATIVO

3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

11- DA CONCLUSÃO: Diante o exposto, entendo estar presente os requisitos para que a contratação ocorra por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, "F" da Lei Federal 14.133/2021.

Sendo assim, entendo que não há impedimento legal para o acolhimento da postulação da presente inexigibilidade.

Na esperança de ter respondido o solicitado, aproveito a oportunidade para externar protestos de estima e consideração.

São Jerônimo, 11 de Agosto de 2025.


Luis Paulo Araujo Machado
Agente de Contratação





RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
PROCURADORIA LEGISLATIVA

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

RENATO DA SILVA FERREIRA, presidente de Câmara Municipal de São Jerônimo e ordenador de despesas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei:

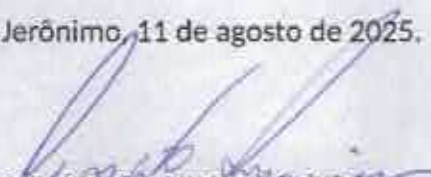
Considerando a necessidade de contratação de empresa para Ministrar o Curso requerido na Solicitação de Compras 69/2025.

Considerando a escolha da empresa **CEAP Brasil - Soluções Educacionais para Gestão Pública Limitada**, CNPJ 46.415.417/0001-16, pelo valor de R\$1.790,00 por inscrição, e o valor total de R\$7.160,00.

Considerando a existência do interesse público, recursos financeiros e orçamentários para contratação dos serviços, e em conformidade com o parecer técnico do agente de contratação e parecer jurídico pela legalidade da contratação direta nos termos do art. 74, inciso III, "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Autorizo a contratação da **CEAP Brasil - Soluções Educacionais para Gestão Pública Limitada**, CNPJ 46.415.417/0001-16, para execução dos serviços requeridos e determino que o setor responsável lavre o competente instrumento de contrato, se for o caso, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

São Jerônimo, 11 de agosto de 2025.


RENATO DA SILVA FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores


LUCAS CHANANECO DE SOUZA
Procurador Legislativo





RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
CONTRATAÇÃO NO COMPRAS GOV Nº 99/2025
PROCESSO Nº 83/2025
INEXIGIBILIDADE Nº33/2025

Renato da Silva Ferreira, presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo e Inexigibilidade, em especial, o parecer técnico e jurídico, autorizo a contratação da empresa CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO, CNPJ 46.615.417/0001-16, pelo valor unitário de R\$ 1.790,00, no valor total de R\$ 7.160,00 (Sete mil, cento e sessenta reais). Objeto: Aquisição de 04 inscrições no Curso IA para vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas com Apoio da Inteligência Artificial. Nos dias 12 a 15 de agosto de 2025, para os vereadores Renato Ferreira, Claiton Dornelles, Júlio César Ribeiro e o Procurador Jurídico Lucas Chananeco. Com fundamento no art. 72 c/c artigo 74, III "F" da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Jerônimo, 11 de agosto de 2025.


Renato da Silva Ferreira
Presidente da Câmara

Processo Nº	83/25
Folha Nº	22/55
Assinatura: [assinatura]	



SEÇÃO II – PODER LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 69/2025

Dispõe sobre a substituição de membros na Equipe de Apoio as Licitações e Comissão de Planejamento.

RENATO DA SILVA FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica a Senhora Ana Cristina Martins Viana retirada da Equipe de Apoio as Licitações, da qual era membro.

Art. 2º Fica a Senhora Haraxane de Souza Diniz designada como membro da Equipe de Apoio as Licitações, em substituição a Senhora Ana Cristina Martins Viana.

Art. 3º Fica a Senhora Haraxane de Souza Diniz retirada da Comissão de planejamento, da qual era membro.

Art. 4º Fica a Senhora Ana Cristina Martins Viana designada como membro da Comissão de Planejamento, em substituição a Senhora Haraxane de Souza Diniz.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo, 12 de agosto de 2025.

Renato da Silva Ferreira
Presidente da Câmara de Vereadores de São Jerônimo

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO CONTRATAÇÃO NO COMPRAS GOV Nº 99/2025 PROCESSO Nº 83/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 33/2025

Renato da Silva Ferreira, presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo e Inexigibilidade, em especial, o parecer técnico e jurídico, autorizo a contratação da empresa CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO, CNPJ 46.615.417/0001-16, pelo valor unitário de R\$ 1.790,00, no valor total de R\$ 7.160,00 (Sete mil, cento e sessenta reais). Objeto: Aquisição de 04 inscrições no Curso IA para vereadores e Servidores de Câmaras Municipais Criação de Leis, Requerimentos, Fiscalização e Rotinas com Apoio da Inteligência Artificial. Nos dias 12 a 15 de agosto de 2025, para os vereadores Renato Ferreira, Claiton Dornelles, Julio César Ribeiro e o Procurador Jurídico Lucas Chananeco. Com fundamento no art. 72 e/o artigo 74, III "F" da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Jerônimo, 11 de agosto de 2025.

Renato da Silva Ferreira
Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO 009/2025

Fica o Poder Legislativo Municipal Autorizado a abrir um Crédito Suplementar no Valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e dá outras providências.

RENATO DA SILVA FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais. **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir um Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) que será utilizado nas seguintes dotações orçamentárias:

01- CAMARA DE VEREADORES

0101- PROCESSO LEGISLATIVO

2363 - GABINETE VEREADOR 7 - AMARO JERÔNIMO VANTI DE AZEVEDO

339014.00.00 - Diárias

R\$ 5.000,00

Art.2º - Servirá como cobertura do presente Crédito Suplementar a redução a ser feita nas seguintes dotações orçamentárias:

01- CAMARA DE VEREADORES

0101- PROCESSO LEGISLATIVO

2363 - GABINETE VEREADOR 7 - AMARO JERÔNIMO VANTI DE AZEVEDO

339093.00.00 - Indenizações e Restituições

R\$ 5.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo, 12 de agosto de 2025.

Renato da Silva Ferreira
Presidente do Legislativo Municipal

Processo Nº 83, 25
folha Nº 58, 56
assinatura